dos, por urgente conveniência de serviço, pelo período de três meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde:

Nome	Categoria	Data da renovação
Eufrásia Cristela Marques Santos.	Assistente administrativo	2-5-2006
Maria de Lurdes Silva Pereira.	Auxiliar de acção médica	2-5-2006
Maria de Lurdes Gonçalves Delgado Alpendre.	Auxiliar de acção médica	2-5-2006

6 de Junho de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Manuela Santos Bandarra Veiga*. 3000208088

TRIBUNAIS

TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCobaÇA

Anúncio

Processo n.º 733-D/1999.
Prestação de contas (liquidatário).
Liquidatário judicial — Wilson José Gabriel Mendes.
Requerida — Recauchutagem Flor de Alcobaça

A Dr. Sónia Gonçalves Costa, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Recauchutagem Flor de Alcobaça, L.ª, número de identificação fiscal 500619620, com sede na Rua de Frei António Brandão, apartado 164, 2460 Alcobaça, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

22 de Maio de 2006. — A Juíza de Direito, *Sónia Gonçalves Costa*. — O Oficial de Justiça, *Hamilton Pereira*. 1000303378

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO

Anúncio

Processo n.º 345/04.0TBOFR-B.
Prestação de contas do administrador (CIRE).
Autora — Alexina Vila Maior.

O Dr. Álvaro Rosa de Carvalho, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Filipe Carlos da Graça Ruivo de Oliveira, com residência na Rua da Cacieira, lote 5, 53, Azurva, Aveiro, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

4 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Álvaro Rosa de Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Silva*. 3000210651

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio

Processo n.º 7612/05.4TBRRG.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credora — Nográfica Unicom, S. L.
Insolvente — Capela & Alonso — Artes Gráficas, L.ª/Nográfica Unicom, S. L.

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que é Capela & Alonso — Artes Gráficas, L.ª, número de identificação fiscal

505068451, com endereço na Rua de Luís António Correia, 46, Nogueiró, 4715-310 Braga.

Administrador do insolvente, Dr.ª Cláudia Sousa Soares, com endereço na Rua de D. Afonso Henriques, 564, 2.º, direito, frente, Rio Tinto, 4435-006 Rio Tinto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: o encerramento do processo tem os efeitos consagrados nos artigos 233.º, n.º 1, alíneas a), c) e d), e n.º 2, alíneas a), b) e c) do CIRE.

20 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Pereira Amorim*. — O Oficial de Justiça, *José Ferreira*. 1000303373

TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPOSENDE

Anúncio

Processo n.º 315/06.4TBEPs.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credor — José Manuel Enes Correia.
Devedor — Paulo Jorge Silva Santos.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Esposende, 1.º Juízo de Esposende, no dia 3 de Julho de 2006, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Paulo Jorge Silva Santos, nascido em 24 de Maio de 1973, na freguesia de Fão, Esposende, número de identificação fiscal 200080768, bilhete de identidade n.º 10687888, com domicílio na Rua da Feiteira, 22, Vila Chã, 4740-000 Esposende.

Para administradora da insolvência é nomeada a Dr.ª Cristina Maria Peres Filipe Nogueira, com domicílio na Rua do Dr. Justino Cruz, 110, 3.º, sala 10, Braga.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 4 de Setembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

4 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Conde Veiga*. — A Oficial de Justiça, *Regina Maria Barbosa*. 1000303353

TRIBUNAL DA COMARCA DA GUARDA

Anúncio

Processo n.º 3252/05.6TBGRD.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente — Sanches Filipe & Maroco, L.ª
Credores — Banco Popular Portugal, S. A., e outros.

Publicidade de deliberação

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Sanches Filipe & Maroco, L.ª, número de identificação fiscal 500659656, com sede na Rua das Flores, 18, 6300 Guarda.

Administrador da insolvência, Romão Manuel Claro Nunes, com escritório na Rua do Padre Estêvão Cabral, 79, 2.º, sala 204, 3000-317 Coimbra.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, por decisão da assembleia de credores, foi aprovado plano de insolvência.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

6 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Carlos Miguel dos Santos Marques*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Francisco da Costa Monteiro*. 3000210664

TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

Anúncio

Processo n.º 170/03.6TBILH.

Prestação de contas (liquidatário).

Liquidatário judicial — Alexina Vila Maior.

Falida — Fernando Mendes e Santos, L.ª

O Dr. Rodrigo Pereira da Costa, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o falido Fernando Mendes e Santos, L.ª, número de identificação fiscal 505239833, com endereço na Zona Industrial das Ervasas, Ílhavo, 3830-000 Ílhavo, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

3 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Rodrigo Pereira da Costa*. — A Oficial de Justiça, *Margarida Macário*. 3000210644

16.ª VARA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio

Processo n.º 5721-FF/1994.

Prestação de contas (liquidatário).

Requerente — Carlos Pedro Machado de Sousa Góis.

Requerida — Veco — Sociedade Industrial e Comercial de Vidros e Espelhos, L.ª

O Dr. Adeodato Mendes Brotas, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Veco — Sociedade Indus-

trial e Comercial de Vidros e Espelhos, L.ª, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

4 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Adeodato Mendes Brotas*. — O Oficial de Justiça, *João Farinha*. 3000210618

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio

Processo n.º 2765/06.7TBSTS.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Requerente — Ministério Público.

Insolvente — Rcar — Sociedade Automóveis, S. A.

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Santo Tirso, 1.º Juízo Cível de Santo Tirso, no dia 27 de Junho de 2006, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Rcar — Sociedade Automóveis, S. A., número de identificação fiscal 502673664, com sede na Recta das Pateiras, São Tiago de Bougado, 4785-000 Trofa, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Paula Peres, com domicílio na Praça do Bom Sucesso, 61, 5.º, sala 507, Bom Sucesso Trade Center, 4150-144 Porto.

São administradores do devedor, Mário Francisco de Almeida Borges, a quem é fixado domicílio na sede da insolvente.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

30 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Luísa Adelaide Vale*. — A Oficial de Justiça, *Rosa Dulce Soares Azevedo*. 1000303369

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE VILA FRANCA DE XIRA

Anúncio

Processo n.º 1367/04.7TYLSB-B.

Prestação de contas (administrador).

Liquidatária judicial — Adélia dos Reis Rodrigues.

Requerida — Finibanco, S. A., e outro(s).

O Dr. Pedro Mineiro, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o falido Carlos Alberto Damas, estado civil: divorciado, concelho de Pinhel, freguesia de Cerejo, Pinhel, com endereço na Rua de José Gomes Ferreira, lote 22, 5.º, B, Odivelas, 2675-000 Odivelas, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se